

EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL: A FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR E O PROTAGONISMO JUVENIL

FULL-TIME EDUCATION: CURRICULAR FLEXIBILIZATION AND YOUTH PROTAGONISM

Daniele Silva Ramos¹

Resumo: A Educação Integral em Tempo Integral é processo educativo voltado ao desenvolvimento do estudante em sua integralidade, em seus aspectos cognitivos, político-sociais, ético-culturais ou socioemocionais. Este estudo adota uma abordagem qualitativa, de natureza descritiva que utiliza as contribuições teóricas para investigar os desafios na efetividade desta extensão da jornada discente, tomando como ponto essencial não apenas o enfoque da ampliação de tempo, mas sim uma organização escolar diferenciada, com um currículo mais diversificado que permita uma imersão nos estudos e uma variedade de oportunidades de desenvolvimento. Propõe reflexões sobre os impactos dessas ações na formação do protagonismo juvenil. Os resultados reafirmam que a Escola Integral em Tempo Integral é um espaço privilegiado para que o jovem passe a atuar ativamente e decisivamente em sua jornada de aprendizado e de vida.

Palavras Chaves: educação em tempo integral, protagonismo juvenil, flexibilidade curricular.

Abstract: Full-Time Comprehensive Education is an educational process aimed at the development of

¹ Graduada em Pedagogia pela Universidade Tuiuti do Paraná. Especialista em Gestão Escolar pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Estado do Paraná. Mestranda na Universidade Autônoma de Assunção – Paraguai. Servidora Pública do Estado do Paraná, em exercício na Secretaria de Estado da Educação do Paraná.

the student in its entirety, in its cognitive, political-social, ethical-cultural or socio-emotional aspects. This study adopts a qualitative, descriptive approach that uses theoretical contributions to investigate the challenges in the effectiveness of this extension of the student journey, taking as an essential point not only the focus on extending time, but rather a differentiated school organization, with a curriculum more diverse that allows immersion in studies and a variety of development opportunities. It proposes reflections on the impacts of these actions on the formation of youth protagonism. The results reaffirm that the Full Time Integral School is a privileged space for young people to start acting actively and decisively in their learning and life journey.

Keywords: full-time education, youth protagonism, curricular flexibility.

Introdução

O sistema educacional está em constante evolução e tende adaptar-se às demandas da sociedade contemporânea e objetivando preparar os jovens para os desafios do mundo moderno. Afinal, nossa carta magna, a Constituição Federal (Brasil, 1988), em seu artigo 205, diz que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

Nesse passo, já em longa data tem-se falado na expansão da educação integral no Brasil. Isso tem ocorrido de forma gradual, de forma que não há somente uma única legislação que tenha estabelecido essa necessidade de maneira abrangente, mas por meio do resultado de uma série de políticas e programas ao longo dos anos, implementados em níveis federal, estadual e municipal, propostos pelo Ministério da Educação por meio de programas e políticas, tais como o Novo Mais Educação²; Políti-

2 O Programa Novo Mais Educação, objetiva melhorar a aprendizagem em língua portuguesa e matemática no ensino fundamental, por meio da ampliação da jornada escolar

ca de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral³; Programa Ensino Médio Inovador⁴ e institui o Programa Escola em Tempo Integral ⁵, no âmbito do Ministério da Educação, com a finalidade de fomentar a criação de matrículas na educação básica em tempo integral.

Para inaugurar a reflexão, trazemos à luz o posicionamento de Vigotsky (2007) o qual acreditava que a educação é um processo social, que ocorre por meio da interação entre o aluno e o meio. Para o autor, a educação integral deve promover a capacidade do aluno em compreender o mundo ao seu redor a partir de uma perspectiva crítica e reflexiva, deve ser capaz de resolver problemas de forma criativa e inovadora, e poder comunicar-se de forma eficaz, seja oralmente ou de forma escrita, bem como tenha condições de trabalhar colaborativamente, aliado ao um desenvolvimento da autonomia do aluno.

Nesse sentido, esse artigo contempla uma reflexão acerca da educação integral em tempo integral e busca compreender os meios efetivos para que a escola seja um espaço de aprendizagem colaborativa, onde os alunos possam compartilhar seus conhecimentos e experiências de maneira mais expressiva, efetiva, com significativos resultados e sua vida futura podendo influenciar sua comunidade. Nesse passo, ao menos uma questão precisa ser enfrentada: Como se dá a flexibilização curricular, para além da extensão de tempo de escola em busca de um efetivo protagonismo juvenil?

Ao falar de uma escola de tempo integral deve se considerar não apenas a questão da ampliação da jornada escolar, mas a ressignificação dos espaços escolares. Como estabelecem as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (Brasil, 2018), as propostas curriculares devem considerar que a educação integral ocorre em múltiplos espaços de aprendizagem e extrapola a ampliação do tempo de permanência na escola.

3 A Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI) objetiva apoiar a ampliação da oferta de educação de ensino médio em tempo integral nas redes públicas dos Estados e do Distrito Federal

4 O Programa Ensino Médio Inovador – EMI foi instituído pela Portaria nº 971, de 9 de outubro de 2009, no contexto da implementação das ações voltadas ao Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE

5 Lei nº 14.640, de 31 de julho de 2023. Institui o Programa Escola em Tempo Integral.

Nesse particular é importante destacar que simplesmente estender a quantidade de horas da jornada escolar não é suficiente para efetivar uma proposta de educação integral, pois como diz Ernica (2006) o termo “integral”, diz respeito à uma dimensão qualitativa e preceitua uma formação social do humano e a uma concepção da inter-relação entre os saberes da vida em sociedade. Portanto, embora estejam interligados os termos educação integral e educação em tempo integral, as concepções de uma ou outra não são sinônimas, vez que apenas o aumento de carga horária dos alunos não tem o condão de garantir a integralidade de formação. A “educação em tempo integral deve apresentar novos horizontes e perceptivas educacionais para não evidenciar tendências de fazer em mais tempo aquilo que se faz hoje”, é o que disse Paro (1988).

Para Cavalierè (2014), a educação integral é a ação educacional abrangente que enlaça diversas dimensões da formação dos indivíduos, devendo estar presente a cooperação de todas as instituições sociais. Pressupõe, ainda, atuar em diferentes aspectos da condição humana, intelectual, física, emocional, social e cultural, e deve se constituir como projeto coletivo partilhado pelos jovens, famílias, educadores, gestores e comunidades locais.

Conforme afirma Machado (2012), “o aumento de horas pode propiciar aprendizagens significativas, mas este processo não é assegurado em uma relação simples de causa e efeito”. Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica, a Educação Integral em Tempo Integral objetiva oferecer uma série de benefícios aos estudantes, permitindo explorar temas com mais profundidade e rigor, proporcionando uma compreensão mais sólida dos assuntos. A inclusão de disciplinas e atividades que podem não estar presentes em currículos tradicionais de meio período, como artes, música, esportes, ciências aplicadas, entre outros. Também prevê a inclusão de atividades extracurriculares que promovem o desenvolvimento de habilidades sociais, emocionais e práticas, como liderança, trabalho em equipe e resolução de problemas, ajudar a reduzir as disparidades de aprendizado entre os alunos, proporcionando mais oportunidades para aqueles que podem precisar de apoio extra. Ademais, busca proporcionar uma preparação para a vida adulta, para que os alunos

aprendam a gerenciar melhor seu tempo, equilibrar compromissos e desenvolver habilidades autônomas necessárias para a vida.

Nesse ponto, Nogueira (2010) menciona a relevância de lugares institucionais de participação juvenil, empoderando os jovens para que sejam transformadores da realidade, podendo vencer as visões da camada dominante por meio da promoção de consciência e cultura das classes menores.

Nasce, porém, um desafio a ser enfrentado: o compromisso de repensar as práticas pedagógicas, os espaços e os tempos escolares, ressignificando saberes e experiências, e possibilitando o acesso, a permanência e a aprendizagem dos estudantes. Identificar meios de oportunizar a flexibilidade curricular de forma que os alunos se desenvolvam e sejam autônomos, protagonistas e tenham condições de construir seu Projeto de Vida e interferir na sociedade, modificando-a por meio dos saberes constituídos e ações edificadoras.

Flexibilidade Curricular

A Reforma do Ensino Médio, expressa pela Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017 (Brasil, 2017), trouxe mudanças significativas no sistema educacional brasileiro, mas não se concentra especificamente na educação integral de forma abrangente. No entanto, a lei menciona algumas disposições relacionadas à educação integral, principalmente no contexto das mudanças no currículo e nas opções educacionais disponíveis para os estudantes. Uma delas é a possibilidade de os alunos poderem escolher parte do currículo, direcionando seus estudos de acordo com seus interesses e aptidões.

Isso não apenas envolve os alunos de maneira mais profunda em sua educação, mas também os prepara para fazer escolhas no futuro, seja ingressando na universidade ou no mercado de trabalho. A reforma também enfatiza o desenvolvimento de habilidades e competências essenciais, como a formação técnica e a preparação para o mercado de trabalho. Transparece como característica fundamental do sistema a importância de personalizar a experiência educacional de cada aluno, permitindo

que eles se envolvam ativamente em sua aprendizagem, façam escolhas informadas e desenvolvam um senso de responsabilidade sobre sua jornada educativa. Ou seja, a flexibilidade curricular tende a romper com a abordagem tradicional, onde todos os alunos seguem uma estrutura rígida de disciplinas. Ao invés disso, os estudantes têm a oportunidade de escolher parte do seu próprio currículo, alinhando-o com seus interesses, habilidades e aspirações. Essa personalização da aprendizagem não apenas engaja os alunos de maneira mais profunda, mas também reconhece a diversidade de talentos e paixões presentes em cada sala de aula.

Baquero e Nazarrri (2010) revela que na sociedade moderna os jovens querem ser percebidos, reconhecidos e desafiam as fronteiras para procurar o sentido da vida. No entanto, podem se perder em caminhos repletos de conflitos, pela ausência de uma atuação compartilhada com a comunidade em que vivem. Nessa linha, importante tratar do desenvolvimento da autonomia na escolha das disciplinas eletivas e que estas estejam em sintonia com seus objetivos futuros. Seja ingressar em uma universidade específica, adentrar um campo profissional ou seguir uma paixão pessoal.

A autonomia não apenas empodera os alunos a moldarem sua própria trajetória, mas também os prepara para tomar decisões ao longo de suas vidas, promovendo o engajamento e os preparando para desafios do mundo real. Permite que os alunos explorem as diferentes áreas de conhecimento, desenvolvam habilidades específicas e até mesmo experimentem uma gama diversificada de atividades extracurriculares. Isso contribui para uma formação mais completa, capacitando os jovens a se tornarem cidadãos ativos e informados em suas comunidades.

A flexibilidade curricular também deve impulsionar a inovação na sala de aula, em que os educadores são incentivados a criar ambientes de aprendizado dinâmicos, para que os alunos possam participar ativamente, fazer perguntas e explorar tópicos de interesse. Isso exige uma abordagem mais personalizada por parte dos professores, que podem adaptar-se às necessidades individuais dos alunos, fomentando uma relação mais colaborativa entre educadores e aprendizes.

A flexibilidade curricular é uma mudança de paradigma que coloca o aluno no centro do pro-

cesso de aprendizado, que atende não apenas às suas necessidades individuais, mas também promove uma educação mais relevante, engajadora e conectada com o mundo em constante evolução.

Aprendizado Interdisciplinar

O modelo tradicional de ensino muitas vezes compartimentaliza o conhecimento em disciplinas isoladas. Entretanto, a interdisciplinaridade é uma orientação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Brasil, 1996), por meio dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), cujo objetivo é fazer da sala de aula mais do que um espaço de aprendizagem acadêmica fragmentada, mas que as disciplinas ainda existam, que os conhecimentos trazidos por elas sejam utilizados para a compreensão de um problema, na busca de soluções, ou para entender um fenômeno sob vários pontos de vista. Como diz Menezes (2001) a interdisciplinaridade é um instrumento que favorece as interconexões e passagens entre os conhecimentos através de relações de complementaridade, convergência ou divergência.

Neste pensamento, a educação integral em tempo integral, tende a valorizar a interdisciplinaridade, incentivando os alunos a conectar conceitos e abordagens de diferentes áreas do conhecimento. Isso não apenas torna o aprendizado mais contextualizado, mas também ajuda os estudantes a desenvolverem uma compreensão mais holística do mundo ao seu redor. A problemática das disciplinas fragmentadas e a necessidade de superar o dualismo antipedagógico perigoso do turno e contraturno é abordada por Arroyo (2012), quando discorre que, por vezes, no turno normal a escola e seus profissionais cumprem a função clássica de ensinar-aprender os conteúdos disciplinares na exclusividade dos tempos de aula, na relação tradicional do trabalho docente-discente e no turno extra, as outras dimensões da formação integral são tidas como optativas, lúdicas, culturais e corpórea. Portanto, um modelo a ser superado, já que a efetiva educação integral em tempo integral deve apropriar-se de metodologias ativas que favoreçam a interdisciplinaridade, diferenciando a forma de

aprender, chegando mais próximo das expectativas dos estudantes permitindo a interação entre os jovens, tendo como ponto de partida o mapeamento dos sonhos dos estudantes, suas expectativas, necessidades e interesses.

Assim, os componente curriculares devem ser inseridos com o objetivo trabalhar conteúdos que enriqueçam, diversifiquem, ampliem e aprofundem os temas trabalhados na Base Nacional Comum Curricular - BNCC (Brasil, 2018). Observando-se que a formação diversificada da matriz curricular deve estabelecer profunda relação com o Projeto de Vida do estudante. Como diz Costa (2008), exercendo papel fundamental no fomento em busca de novos conhecimentos, bem como o desenvolvimento interdimensional dos estudantes, em uma educação integradora das diversas dimensões do humano.

Itinerários Formativos

Em um processo de ensino e aprendizagem que se considera o estudante sob uma dimensão de integralidade, há que se permitir escolhas alinhadas ao exercício da cidadania, e a construção do Projeto de Vida e o Protagonismo devem ser estimulados.

Uma das estratégias delineadas para tal conquista foi a criação de itinerários formativos na Educação em Tempo Integral, como percursos ou trajetórias educacionais que os estudantes seguem ao longo do período estendido de aprendizado. De acordo com a Portaria nº 1.432, de 28 de dezembro de 2018 (Brasil, 2018), que estabelece os referenciais para elaboração dos itinerários formativos conforme preveem as Diretrizes Nacionais do Ensino Médio, traz como objetivos dos Itinerários Formativos: Aprofundar as aprendizagens relacionadas às competências gerais, às Áreas de Conhecimento e/ou à Formação Técnica e Profissional; Consolidar a formação integral dos estudantes, desenvolvendo a autonomia necessária para que realizem seus Projetos de Vida; promover a incorporação de valores universais, como ética, liberdade, democracia, justiça social, pluralidade, solidariedade e sustenta-

bilidade; e desenvolver habilidades que permitam aos estudantes ter uma visão de mundo ampla e heterogênea, tomar decisões e agir nas mais diversas situações, seja na escola, no trabalho ou na vida.

Esses itinerários, ficam esclarecidos no Caderno de Itinerários Formativos do Estado do (Paraná, 2023) que são projetados para oferecer uma ampla gama de experiências educacionais que vão além das disciplinas acadêmicas tradicionais, visando proporcionar aos alunos um conjunto diversificado de conhecimentos, habilidades e competências para o desenvolvimento integral, podendo variar de acordo com a escola, o sistema educacional e os objetivos específicos de cada programa de Educação em Tempo Integral.

Os vínculos entre educação escolar, natureza, valores espirituais, valores morais, formação da cidadania e formação para o trabalho, diz Cavalière (2010), por vezes foram considerados insatisfatórios, o que ensejou propostas de uma educação integral.

Nesse viés, os itinerários formativos ganham destaque, pois proporcionam a estruturação do currículo em que poderão ser oferecidos componentes acadêmicos com núcleo de disciplinas tradicionais; atividades culturais e artísticas, esportivas; atividades de aprendizado prático, como estágios, projetos de pesquisa, visitas à empresas locais, trabalho voluntário e outras experiências práticas que conectam o aprendizado à vida real; atividades de desenvolvam habilidades socioemocionais, ajudando os alunos a se tornarem mais resilientes, empáticos e eficazes em suas interações; orientação vocacional e profissional, que permita a exploração de opções de carreira e a tomar decisões educacionais e profissionais; bem como habilidades em tecnologias digitais.

Desenvolvimento de Habilidades Socioemocionais

Além do foco nas disciplinas acadêmicas, a educação integral em tempo integral reconhece a importância das habilidades socioemocionais. Os alunos são incentivados a desenvolver competências como trabalho em equipe, comunicação eficaz, resolução de conflitos e empatia. Essas habilida-

des são essenciais para o sucesso não apenas na educação superior e na carreira, mas também para a formação de cidadãos conscientes e responsáveis.

Essas habilidades abrangem o autoconhecimento, a empatia, o espírito colaborativo e a resiliência. Por se tratar de um ser social por essência, o homem precisa desenvolver as habilidades socioemocionais para viver em sociedade, construindo relações mais saudáveis. Essas habilidades são exigidas cotidianamente nas mais diversas circunstâncias, integrando os processos relacionados a aprender, a conhecer, a ser, a conviver e a trabalhar. No entanto, embora essas sejam habilidades típicas do ser humano, é essencial que elas sejam estimuladas e trabalhadas ao longo de toda a vida.

Nesse ponto, o Plano Nacional de Educação – PNE (Brasil, 2014), já trouxe diretrizes convergentes, quando elenca o propósito de melhoria da qualidade da educação, formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade e a promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do país.

Certo é que a vida adulta é marcada por responsabilidades e entre elas o exercício profissional. Neste ponto, as capacitações normalmente se dão via formação acadêmica, por cursos técnicos, de graduação e pós-graduação, porém, essas qualificações não garantem o sucesso em uma profissão, pois o percurso de qualquer carreira envolve habilidades intra e interpessoais. E para dar seguimento ao ideário do Plano Nacional de Educação, uma formação integral do estudante se faz necessária, envolvendo sim as habilidades socioemocionais.

Os Indicadores Brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, (Brasil, 2022), em seu objetivo 04, que trata da Educação de Qualidade, prevê no indicador 4.4 que “Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo”, nessa linha pode-se compreender a importância do desenvolvimento e da prática das habilidades socioemocionais para que o aluno, em seu futuro profissional, tenha melhores condições de identificar, gerenciar e solucionar problemas relacionados aos seus próprios afazeres e ao trabalho em equipe. Essas

competências são ainda extremamente úteis para o planejamento, organização, tomada de decisões, ação integrada, bem como estabelecimento e manutenção do foco.

Aliado a todas essas vantagens está o fato de que as habilidades socioemocionais favorecem a construção de conhecimentos acadêmicos, tornando a formação técnica do profissional mais sólida e eficiente. Cury (2017) afirma que quem desenvolve habilidades socioemocionais consegue sair na frente na hora de buscar um trabalho, realizar atividades em equipe, lidar com situações de conflito etc. Isso porque se torna capaz de gerenciar melhor os seus sentimentos, além de poder dialogar e conduzir outras pessoas a um objetivo em comum. Como diz Rigolin et. al. (2020) “entender a dinâmica da comunidade em que se vive, em seus mais variados aspectos, investigando problemas, testando hipóteses e experimentando soluções locais, permite a construção de um planeta mais justo e agradável a seus habitantes”.

Protagonismo Juvenil e Projeto de Vida

Oportunidades de liderança e experiências práticas, permite que os alunos tenham voz ativa nas decisões escolares e os coloca em situações do mundo real. Provoca o empoderamento dos alunos para assumirem responsabilidades e os encoraja a aplicar o que aprenderam em contextos práticos e a desenvolver habilidades de resolução de problemas.

Na fala de Abramovay et. al. (2002) isso é corroborado quando menciona que o protagonismo juvenil faz parte de uma prática de educação para a cidadania na qual o jovem ocupa um lugar central no desenvolvimento de atividades, e isso colabora para proporcionar sentidos positivos e projetos de vida, e ao mesmo tempo possibilitar a reconstrução de valores éticos, como os de solidariedade e responsabilidade social. Outra questão importante é incluir os alunos nas discussões sobre o currículo, metodologias de ensino e avaliação pode dar a eles a sensação de que suas opiniões são valorizadas e ajudá-los a entender melhor os processos educativos.

Essas práticas educativas buscam empoderar os estudantes, permitindo que se tornem ativos e responsáveis por seu próprio aprendizado, ao mesmo tempo em que desenvolvem habilidades importantes para a vida. Elas são parte integrante do conceito de educação em tempo integral, em que o foco vai além do conteúdo acadêmico tradicional e abrange o desenvolvimento holístico dos alunos, promovendo o autoconhecimento, a exploração de carreira e a definição de objetivos pessoais ajuda os alunos a se tornarem mais conscientes de seu próprio desenvolvimento e a tomar decisões informadas sobre seu futuro.

Costa (2001) diz que a proposta de protagonismo juvenil pressupõe um novo modelo de relacionamento do mundo adulto com as novas gerações e que a partir de regras de convívio democrático, o estudante tende a atuar, e em algum momento no futuro terá condições de posicionar-se politicamente de forma mais amadurecida.

O protagonismo estudantil representa uma mudança significativa no paradigma educacional. Ao capacitar os alunos a desempenharem um papel ativo em sua própria educação, o sistema está preparando uma geração de jovens mais autônomos, criativos e preparados para enfrentar os desafios do século XXI.

Os alunos contemporâneos, diz o Documento Orientador nº 01/2022 – DPEB/DEDUC/SEED (Paraná, 2022), terão na Educação Integral em Tempo Integral, pelos processos de socialização e convivência, a oportunidade de partilhar “tempos, ações, representações e emoções” que contribuam para o processo de crescimento e aprendizagem, bem como compreensão e intervenção no mundo.

Investir no Protagonismo Juvenil, diz Stamato (2009), é desfazer a relação entre “juventude – violência – alienação”, que fazem parte dos estigmas da sociedade e impulsionar o jovem a ser sujeito ativo de sua história, apto para pensar e intervir com autonomia e criatividade sobre as dificuldades.

O Projeto de Vida e Cidadania tem o propósito de trabalhar valores e ética, ajudar os alunos a desenvolver um senso de propósito e direção em suas vidas, sendo uma iniciativa que os auxilia a planejar seu futuro de maneira consciente. Os estudantes são encorajados a refletir sobre seus objetivos,

interesses e aspirações, traçando um caminho claro para alcançá-los. Isso coloca o aluno no centro do processo educacional e incentiva a autonomia na definição de metas, enfatizando o protagonismo estudantil.

Consoante ao contido no Caderno de Sugestões para o Componente Curricular Eletivo da Secretaria de Estado da Educação do Estado do Paraná (Paraná, 2023) “a construção do Projeto de Vida e o Protagonismo são estimulados e desenvolvidos neste processo de ensino e aprendizagem, considerando o estudante sob uma dimensão de integralidade, que lhe permita escolhas alinhadas ao exercício da cidadania.”

Considerações Finais

Os resultados da pesquisa indicaram que os temas que compuseram esta revisão bibliográfica, educação integral e escola de tempo integral, têm logrado crescimento e notoriedade nos debates acadêmicos, tanto pelo aumento da produção científica como, também, pela reconhecida qualidade dos artigos publicados. Estes fatores também indicam que experiências de escola em tempo integral têm, gradativamente, se consolidado no cenário brasileiro, o que pode contribuir para a ampliação das oportunidades educacionais e, conseqüentemente, para o fortalecimento da proposta de flexibilização curricular, interdisciplinar, com estratégias que busquem o desenvolvimento da autonomia dos alunos e do protagonismo juvenil.

Como bem mencionou Dayrel (2007) “Parece-nos que os jovens alunos, nas formas em que vivem a experiência escolar, estão dizendo que não querem tanto ser tratados como iguais, mas, sim, reconhecidos nas suas especificidades”. Isso implica serem reconhecidos como jovens na sua diversidade, em um momento privilegiado de construção de identidades, de projetos de vida, de experimentação e aprendizagem da autonomia.

De fato, todo esse propósito demanda uma árdua tarefa a todos os envolvidos, mas em espe-

cial, a incumbência dos docentes, que precisam manter uma postura de escuta, que favoreça tornarem-se interlocutores diante de crises, dúvidas e perplexidades geradas, quando os alunos iniciarem a trilha desafiadora que constitui sua trajetória de vida.

O dilema se apresenta fortemente quanto à organização do tempo e do espaço, para superar o enfoque na extensão do tempo de escola, mas que a qualidade desse tempo seja essencialmente privilegiada.

Concordando com Souza (2010) o protagonismo juvenil e a participação dos jovens se tornam o elemento fundamental, colaborando tanto para um desenvolvimento pessoal como das comunidades em que estão inseridos, fortalecendo a formação de jovens autônomos e comprometidos socialmente, com valores de solidariedade e respeito, favorecendo uma transformação social de sua realidade e de sua comunidade.

Referências

ABRAMOVAY, M. Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas. Brasília: UNESCO, BID, 2002. Disponível em: <https://repositorio.minedu.gob.pe/handle/20.500.12799/1379>. Acesso em: 18 ago. 2023.

ARROYO, Miguel G. O. Direito a Tempos-Espaços de Um Justo e Digno Viver. In: MOLL, J. Caminhos da Educação Integral no Brasil: Direito a Outros Tempos e Espaços Educativos. Porto Alegre: Penso, 2012.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988. <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 18 ago. 2023.

BRASIL. Portaria nº 1.144, de 10 de outubro de 2016. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 out. 2016. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/outubro-2016-pdf/49131-port-1144mais-educ-pdf/file>>. Acesso em: 18 ago. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Estabelece a reforma do ensino médio e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 fev. 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm. Acesso em: 18 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 4, de 25 de out. de 2016. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Conselho Deliberativo. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 out. 2016. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman &view=download&alias=-50401-resolucao-n4-nov-16-pdf&category_slug=novembro-2016-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 18 ago. 2023.

BRASIL. Lei nº 14.640, de 31 de julho de 2023. Institui o Programa Escola em Tempo Integral. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 01 ago. 2023. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/web/dou/-/lei-n-14.640-de-31-de-julho-de-2023-499871135>>. Acesso em: 18 set. 2023.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 18 ago. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá

outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 18 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 4, de 17 dez. 2018. Institui a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Ensino Médio. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104101-rcp004-18&Itemid=30192. Acesso em: 03 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 4, de 20 de abril de 2021. Estabelece os procedimentos para a transferência de recursos para fomento à implantação de escolas de ensino médio em tempo integral nas redes públicas dos Estados e do Distrito Federal. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 abr. 2021. Disponível em: <https://consed.org.br/storage/download/60e8f0119f68a.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2023.

BRASIL. Indicadores Brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasília, 2022. Disponível em: <https://odsbrasil.gov.br>. Acesso em: 15 ago. 2023.

BRASIL. Portaria nº 1.432, de 28 de dezembro de 2018. Estabelece os referenciais para elaboração dos itinerários formativos conforme preveem as Diretrizes Nacionais do Ensino Médio. Brasília: Diário Oficial da União, 05/04/2019, Edição 66, Seção 1, 2019. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Portaria-MEC-1432-2018-12-28.pdf>. Acesso em 15 ago. 2023.

CAVALIÈRE, Ana Maria. Escola Pública de Tempo Integral no Brasil: Filantropia ou Política de Estado? Educ. Soc., Campinas, v. 35, nº. 129, p. 1205-1222, out.- dez., 2014. Disponível em: <https://www>.

scielo.br/pdf/es/v35n129/0101-7330-es-35-129-01205.pdf. Acesso em 19 ago. 2023

CAVALIERE, Ana Maria. Educação Integral. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; VIEIRA, Livia Maria Fraga. Dicionário Trabalho, Profissão e Condição Docente Belo Horizonte:

UFMG/Faculdade de Educação, GESTRADO, 2010. CD-ROM. Disponível em: <https://gestrado.net.br/verbetes/educacao-integral/>. Acesso em: 20 de agosto de 2023.

COSTA, Antoni. C. G. Tempo de servir: o protagonismo juvenil passo a passo; um guia para o educador. Belo Horizonte: Universidade, 2001. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cp/a/CfWXW5h9BRT-5twmQQhJpRnM/>>. Acesso em: 20 de agosto de 2023.

CURY, Augusto. Educação Socio Emocional Habilidades socioemocionais: como elas impactam no futuro?. Escola da Inteligência, 04 de set. de 2017. Disponível em: <<https://escoladainteligencia.com.br/blog/habilidades-socioemocionais-como-elas-impactam-no-futuro/>>. Acesso em: 20 ago. 2023.

DAYRELL, J. A escola "faz" as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. Educação & Sociedade, 28 (Educ. Soc., 2007 28(100). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/RTJFy53z5LH-TJjFSzq5rCPH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 18 ago. 2023.

ERNICA, Maurício. Percurso da educação integral no Brasil. In: Seminário Nacional Tecendo Redes para Educação Integral. Organização Cenpec –Centro de Estudos em Educação, Cultura e Ação Comunitária –São Paulo, 2006, p. 12 –31.

MACHADO, A. S. Ampliação de Tempo Escolar e Aprendizagens Significativas: Os Diversos Tempos da Educação Integral. In: MOLL, J. Caminhos da Educação Integral no Brasil: Direito a Outros Tempos e Espaços Educativos. Porto Alegre: Penso, 2012.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Verbetes interdisciplinaridade. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em <<https://www.educabrasil.com.br/interdisciplinaridade/>>. Acesso em 01 out 2023.

NAZZARI, R. K.; LUZ, P. P. O capital social como instrumento de enfrentamento da violência infantil juvenil em escola de periferia. In: BAQUERO, R.; NAZZARI, R. K. Formas de (ex)pressão juvenil e (in)visibilidade social. Cascavel: Coluna do Saber, 2010.

NOGUEIRA, P. S. Juventude: construção de uma hegemonia. 2010. Disponível em: http://www.nufipeuff.org/seminario_gramsci_e_os_movimentos_populares/trabalhos/Patricia_Simone_Nogueira.pdf. Acesso em: 16 set. 2023.

PARO, Vítor H. et al. (Org.). Escola de Tempo Integral: Desafio para o Ensino Público. São Paulo: Cortez. Autores Associados, 1988.

PARANÁ. Cadernos de Itinerários Formativos. Ementa das Unidades Curriculares Ofertadas. Secretaria de Estado da Educação do Estado do Paraná. Disponível em: [https://acervodigital.educacao.pr.gov.br/pages/search.php?search=%21collection3701&k=285 a216f38#](https://acervodigital.educacao.pr.gov.br/pages/search.php?search=%21collection3701&k=285%20a216f38#). Acesso em: 16 set. 2023.

PARANÁ. Documento Orientador nº 01/2022 – DPEB/DEDUC/SEED – Educação em Tempo Integral Lei 14.640 de 2023. Institui o Programa Escola em Tempo Integral; e altera a Lei nº 11.273, de

6 de fevereiro de 2006, a Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, e a Lei nº 14.172, de 10 de junho de 2021. 31 de julho de 2023. DOU de 1º.8.2023. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14640.htm> Acesso em: 16 set. 2023.

PARANÁ. Caderno de Sugestões para o Componente Curricular Eletivo – Coordenação da Educação em Tempo Integral – 1ª Edição Janeiro de 2023. Disponível em: <<https://acervodigital.educacao.pr.gov.br/pages/download.php?direct=1&noattach=true&ref=21071&ext=pdf&k=>> . Acesso em: 03 ago. 2023

RIGOLIN Tércio; SILVEIRA Luiz; PRADO Bruno. Novo Ensino Médio. Projetos Integradores. São Paulo, Scipione - 1ª edição- 2020.

SOUZA, R. O. Participação e controle social. In: SALES, M. A.; MATOS, M. C.; LEAL, M. C. (Org.). Política social, família e juventude: uma questão de direitos. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010. Disponível em: <<file:///C:/Users/Daniele%20Ramos/Downloads/admin,+4450-13893-1- CE.pdf>>. Acesso em: 03 ago. 2023

STAMATO, M. I. C. Protagonismo Juvenil: uma Práxis Sócio-Histórica de Formação para a Cidadania. In: Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social e Mesa Redonda - Formação Humana e Profissional. 15., 2009. Anais... Disponível em: http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/389.%20protagonis%20juvenil.pdf . Acesso em: 03 ago. 2023

VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente. 7. ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2007.